



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES CONSULTA PÚBLICA Nº 8/2019 - de 06/03/2019 a 04/04/2019

NOME: VIEIRA REZENDE ADVOGADOS

<input checked="" type="checkbox"/> agente econômico <input type="checkbox"/> consumidor ou usuário		<input type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor
Edital de Chamada Pública para a contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural referente ao Gasoduto Bolívia-Brasil (Rede de Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.) – COMENTÁRIOS AO ANEXO X DO EDITAL (MINUTAS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FIRME – ENTRADA E SAÍDA)		
ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
4.2 do Contrato	Supressão do inciso (iv) da Cláusula 4.2.	A existência de condições operacionais é de responsabilidade do TRANSPORTADOR, não podendo a ausência de tais condições servir como excludente de responsabilidade.
4.3 do Contrato	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Caso seja necessário implantar alguma modificação na REDE DE TRANSPORTE para que seja prestado o SERVIÇO DE TRANSPORTE de forma segura, o TRANSPORTADOR poderá alterar a DATA DE INÍCIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE, mediante envio de NOTIFICAÇÃO ao CARREGADOR com antecedência mínima de 90 (noventa) DIAS contados da data original prevista no item 4.1 desta Cláusula do CONTRATO, informando uma nova data estimada e detalhando os motivos que ensejaram tal alteração. Caso a notificação ao CARREGADOR seja realizada no prazo mencionado nesta cláusula, tal</p>	<p>Sugestão de modificação de prazo para notificação, por 90 dias ser entendido como o prazo mínimo para que o CARREGADOR possa tomar medidas mitigadoras para os danos decorrentes da não implementação do Contrato.</p>

	alteração na DATA DE INÍCIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE não será considerada uma FALHA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE.”	
5.1 do Contrato	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“A prestação do SERVIÇO DE TRANSPORTE FIRME pelo TRANSPORTADOR, bem como todas as disposições constantes do presente CONTRATO somente se tornarão exigíveis pelo CARREGADOR e pelo TRANSPORTADOR, uma vez que tenham sido cumpridas ou dispensadas na forma item 5.2 do presente CONTRATO, cumulativamente, até 90 (noventa) dias antes da DATA DE INÍCIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE, as seguintes condições:”</p>	Modificação de prazo sugerida para a notificação da cláusula 4.3, por 90 dias ser entendido como o prazo mínimo para que o Carregador possa tomar medidas mitigadoras para os danos decorrentes da não implementação do Contrato.
5.1, inciso (i) do Contrato	Condição sob controle exclusivo do TRANSPORTADOR – “waiver” apenas pelo Carregador.	Sugerimos que as condições dos incisos da Cláusula em comento sejam divididas entre aquelas passíveis de “waiver” pelo CARREGADOR e aquelas passíveis de “waiver” pelo TRANSPORTADOR.
5.1, inciso (iii) do Contrato	Condição sob controle exclusivo do TRANSPORTADOR – “waiver” apenas pelo Carregador.	Sugerimos que as condições dos incisos da Cláusula em comento sejam divididas entre aquelas passíveis de “waiver” pelo CARREGADOR e aquelas passíveis de “waiver” pelo TRANSPORTADOR.
5.1, inciso (iv) do Contrato	Supressão do inciso (iv).	Condição sob controle exclusivo do TRANSPORTADOR e neste caso não sujeita a “waiver”.
5.2 do Contrato	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Caso todas as condições estabelecidas acima não tenham sido cumpridas, e/ou dispensadas pelo TRANSPORTADOR ou CARREGADOR, conforme aplicável, dentro do prazo estabelecido no</p>	Adaptação da redação da Cláusula para que fique em linha com as sugestões e justificativas à Cláusula 5.1 e incisos (acima).

	<p>item 5.1, o CONTRATO será considerado rescindido de pleno direito sem qualquer responsabilidade para qualquer das PARTES. O cumprimento e/ou dispensa das referidas condições deverá ser comunicado pelas respectivas PARTES por NOTIFICAÇÃO enviada até o prazo estabelecido no item 5.1. Caso as PARTES não façam a comunicação dentro do prazo, será considerado que as condições precedentes foram integralmente cumpridas e as disposições constantes do presente CONTRATO se tornarão exigíveis pelo CARREGADOR e pelo TRANSPORTADOR.”</p>	
6.3 do Contrato	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“ As NOTIFICAÇÕES exigidas ou permitidas nos termos deste CONTRATO, poderão ser enviadas por carta registrada (com Aviso de Recebimento), por meio de correio eletrônico no endereço indicado acima, ou, ainda, por qualquer outro meio que venha a ser acordado por escrito pelas PARTES, desde que se possa comprovar o seu recebimento.”</p>	<p>Para que não haja dúvida de que as Partes somente poderão se comunicar através dos endereços informados no Contrato.</p>
7.1 do Contrato	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Este CONTRATO e seus Anexos não poderão ser alterados senão por aditivo contratual assinado por ambas as PARTES. O TRANSPORTADOR deverá, antes da celebração de um aditivo contratual, enviá-lo à ANP em até 5 (cinco) dias após o acordo entre as PARTES sobre o teor de tal aditivo, nos termos da Resolução ANP nº 11, de 16 de março de 2016 ou regulação superveniente.”</p>	<p>É importante que haja um prazo determinado no Contrato para o cumprimento da obrigação perante a ANP.</p>
A.1.1 do Anexo II-A – Apêndice A	<p>Sugerimos suprimir do caput o seguinte “trecho excluídos quaisquer TRIBUTOS incidentes sobre o faturamento realizado pelo TRANSPORTADOR”</p>	<p>A RMP por definição regulatória e contratual não exclui tributos, sendo que as Tarifas (contidas no RMP) devem ser suficientes para cobrir tributos, razão pela qual pedimos seja</p>

		esclarecida a disposição contratual.
A.1.1. incisos (i) a (v) do Anexo II-A – Apêndice A	Divisão das tarifas está desalinhada com a definição regulatória (e contratual) de RMP. Revisão do Apêndice A do Anexo II como um todo.	<p>A definição de RMP segundo o Inciso XIII, do Art. 2º da Resolução ANP 15/2014:</p> <p>“RMP: valor, expresso em Reais por ano (R\$/ano), que representa o total da receita bruta anual a que um Transportador tem direito, pela prestação dos Serviços de Transporte, exceto pela prestação do Serviço de Transporte Interruptivo.”</p> <p>O presente contrato tem como objeto a prestação de Serviço de Transporte Firme. Sendo assim, não cai na exceção prevista na disposição acima.</p> <p>A Tarifa De Capacidade De Entrada corresponde a 50% da RMP (vide definições).</p> <p>A Tarifa De Capacidade De Saída também corresponde a 50% da RMP (vide definições).</p> <p>Conclui-se que as demais Tarifas (Transporte, Movimentação e Capacidade de Empacotamento) em tese extrapolam a RMP (o que não é permitido pela legislação).</p> <p>Assim, deve ser esclarecida a existência das Tarifas adicionais às duas mencionadas acima, sendo que tal esclarecimento impactará todo este apêndice A.</p>
Anexo II A – Apêndice B	<p>Incluir nesse Apêndice B as informações a serem disponibilizadas pelo TRANSPORTADOR ao CARREGADOR sobre aquisição de GUS (preços, quantidades, entrada, etc.), assim como sobre o ESTOQUE DE REFERÊNCIA e PARCELA DO EMPACOTAMENTO DO TRANSPORTADOR.</p> <p>O CARREGADOR deve preferência no fornecimento de GUS em iguais condições.</p>	<p>O TRANSPORTADOR deverá disponibilizar aos CARREGADORES todas as informações sobre aquisição de GUS (preços, quantidades, entrada, etc.) e estes últimos deverão ter preferência no fornecimento de GUS em iguais condições.</p> <p>Idem para o ESTOQUE DE REFERÊNCIA e PARCELA DO EMPACOTAMENTO DO TRANSPORTADOR.</p>

		Tal exigência decorre da impossibilidade regulatória do TRANSPORTADOR comercializar gás, embora tenha que adquirir gás para sua operação. Os CARREGADORES devem ter oportunidade de balizar as condições de mercado utilizadas pelo TRANSPORTADOR em relação às próprias “moléculas”.
3.2 do Anexo III	Inclusão do inciso (vii) conforme redação abaixo: (vii) Garantir as ESPECIFICAÇÕES DE QUALIDADE DO GÁS na saída;	Para refletir obrigações a serem cumpridas pelo TRANSPORTADOR, nos termos da regulação vigente.
3.3. inciso (i) do Anexo III	Suprimir a palavra “ <u>concomitantemente</u> ” do inciso (i) da Cláusula 3.3.	O descumprimento das obrigações contidas nos incisos (i) e/ou (ii) da Cláusula 3.3 de forma isolada deve ser passível de responsabilização do TRANSPORTADOR.
6.1.3 do Anexo III	Supressão da Cláusula 6.1.3.	A obrigação de dotar o Sistema de Transporte das condições necessárias para a prestação do serviço oferecido é do TRANSPORTADOR.
6.1.4. do Anexo III	Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo: “Caso o(s) GSA TRANSPORTE ENTRADA não venha(m) a ser celebrado(s) com nenhum FORNECEDOR DE GÁS, ou ainda caso o(s) GSA TRANSPORTE ENTRADA celebrado(s) seja(m) insuficiente(s) para atender às necessidades de GUS da REDE DE TRANSPORTE, por qualquer motivo, o CARREGADOR DE ENTRADA será responsável por fornecer, contra a devida remuneração por tal fornecimento , a quantidade de GUS necessário para a prestação do SERVIÇO DE TRANSPORTE, nos termos desta Cláusula.”	O CARREGADOR DE ENTRADA deverá ser remunerado quando do fornecimento do GUS ao TRANSPORTADOR.

7.1.2.2 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“No caso de QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA DE ENTRADA que não seja fornecida no prazo previsto no item 7.1.2 desta Cláusula por culpa exclusiva do CARREGADOR ou que, se fornecida, venha a ser retificada posteriormente, deverão ser aplicadas as regras dispostas na Cláusula Décima deste TCG para fins de correção.”</p>	<p>Na hipótese em que a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA DE ENTRADA não seja fornecida no prazo previsto por motivos que não sejam de responsabilidade do CARREGADOR, este não deverá arcar com nenhuma majoração de encargos e /ou custos.</p>
8.2.1 inciso (iv) do Anexo III	Supressão do inciso (iv) da Cláusula 8.2.1.	Cláusula desalinhada com a responsabilidade inerente ao serviço de Transporte prestado e decorrente do próprio risco do negócio, não podendo ser oposta como defesa em caso de falha do serviço de transporte.
8.2.1 inciso (v) do Anexo III	Supressão do inciso (v) da Cláusula 8.2.1.	Cláusula típica de força maior já tratada na alínea (i) desta cláusula.
8.2.2. inciso (i) do Anexo III	<p>Alteração da redação do inciso (i) conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Em relação a um CARREGADOR DE ENTRADA que não tiver disponibilizado no ponto de entrada, em um determinado DIA OPERACIONAL, QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA DE ENTRADA”.</p>	<p>Neste caso a falha apenas não deverá ser considerada como falha de serviço perante o CARREGADOR responsável pela QUANTIDADE DE GÁS inferior.</p>
8.2.2. inciso (ii) do Anexo III	<p>Alteração da redação do inciso (ii) conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Um CARREGADOR DE ENTRADA tiver disponibilizado GÁS DESCONFORME no PONTO DE ENTRADA, não tendo enviado ao TRANSPORTADOR um AVISO DE GÁS DESCONFORME, com uma antecedência mínima de 24 horas.”</p>	<p>O TRANSPORTADOR deverá ser responsável, salvo nos casos em que o AVISO DE GÁS DESCONFORME não tenha sido recebido pelo TRANSPORTADOR com uma antecedência mínima de 24 horas (ou prazo menor conforme características da operação).</p>

8.2.2 inciso (iii) do Anexo III	Alteração da redação do inciso (iii) conforme marcas em vermelho abaixo: “Um CARREGADOR DE ENTRADA tiver disponibilizado GÁS com um PODER CALORÍFICO SUPERIOR inferior ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA em desconformidade com o certificado fornecido ao TRANSPORTADOR. Caso seja configurada uma FALHA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE no contrato de transporte de saída por este motivo, o CARREGADOR DE ENTRADA será exclusivamente responsável perante o CARREGADOR DE SAÍDA e pelo pagamento de qualquer penalidade por FALHA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE a ele devido.”	Regulação exige que o TRANSPORTADOR também tenha controle sobre o GÁS, não podendo o TRANSPORTADOR se isentar integralmente da responsabilidade pelo gás carregado, salvo em caso de fornecimento de gases em desconformidade com os certificados fornecidos.
8.2.2. inciso (iv) do Anexo III	Avaliar se o inciso (iv) desta Cláusula deve ser suprimido.	Favor esclarecer o motivo pelo qual a hipótese deste inciso seria uma excludente de responsabilidade.
8.2.2. inciso (v) do Anexo III	Alteração da redação do inciso (v) conforme marcas em vermelho abaixo: “O(s) carregador(es) de entrada não tenham enviado ao TRANSPORTADOR um AVISO DE GÁS DESCONFORME, com uma antecedência mínima de 24 horas.”	O TRANSPORTADOR deverá ser responsável, salvo nos casos em que o AVISO DE GÁS DESCONFORME não tenha sido recebido pelo TRANSPORTADOR com uma antecedência mínima de 24 horas (ou prazo menor conforme características da operação).
8.2.3. inciso (i) do Anexo III	Alteração da redação do inciso (i) conforme marcas em vermelho abaixo: “Em relação a um carregador de saída que não tiver retirado a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA DE SAÍDA, quando o TRANSPORTADOR tiver disponibilizado a PRESSÃO DE SAÍDA no PONTO DE SAÍDA em questão.”	Neste caso a falha apenas não deverá ser considerada como falha de serviço perante o CARREGADOR responsável pela retirada inferior.
8.2.3. inciso (ii) do Anexo III	Avaliar se o inciso (ii) desta Cláusula deve ser suprimido.	Favor esclarecer o motivo pelo qual a hipótese deste inciso seria uma excludente de responsabilidade.
9.2 do Anexo III	Supressão da cláusula e subcláusulas.	Sugere-se seja retirada a limitação, salvo se uma limitação de penalidades isonômica seja considerada para os CARREGADORES.

10.3.1 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme abaixo:</p> <p>“Será devida ao TRANSPORTADOR qualquer responsabilidade por eventual exigência fiscal relativa aos TRIBUTOS por ele devidos, em decorrência de diferenças nas QUANTIDADES DE GÁS apuradas em razão dos eventos de medição previstos no Apêndice I deste TCG.”</p>	Responsável pela medição é o TRANSPORTADOR. Falhas no recolhimento de tributos decorrentes de falhas na medição devem ser de responsabilidade do TRANSPORTADOR
10.6.2 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“O TRANSPORTADOR, sem prejuízo de quaisquer outros direitos de que disponha, poderá compensar quaisquer quantias vencidas e devidas pelo TRANSPORTADOR ao CARREGADOR com toda e qualquer quantia devida pelo CARREGADOR ao TRANSPORTADOR nos termos deste CONTRATO ou de outros contratos de transporte dos quais o TRANSPORTADOR e o CARREGADOR sejam partes, desde que o TRANSPORTADOR tenha notificado o CARREGADOR de sua intenção de fazê-lo.”</p>	Disposição contratual deverá ser isonômica ao invés de unilateral.
10.7.1 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Todo e qualquer valor devido pelo CARREGADOR ao TRANSPORTADOR (ou vice-versa) e que não for pago no prazo contratualmente estabelecido será atualizado monetariamente de acordo com o IGP-M e acrescido de juros moratórios simples de 1% (um por cento) ao mês, <i>pro rata die</i>, desde a data do vencimento original até a data do efetivo pagamento (inclusive), bem como de multa moratória de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor atualizado e acrescido dos juros moratórios.”</p>	Disposição contratual deverá ser isonômica ao invés de unilateral.

10.8.1 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Os valores das tarifas previstas nos Anexo II-A e II-B e demais valores devidos no âmbito deste CONTRATO incluem todos TRIBUTOS incidentes sobre o faturamento realizado pelo TRANSPORTADOR. Os custos de tais TRIBUTOS deverão ser arcados integralmente pelo CARREGADOR.”</p>	Excluir tributos aumenta a RMP indiretamente. Portanto, o faturamento deve incluir os tributos por obrigação legal/regulatória.
10.8.2 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Sem prejuízo do disposto no item 10.8.1 acima, se, em razão da edição ou modificação de uma norma legal, algum TRIBUTO incidente sobre o faturamento vier a ser criado, extinto, majorado ou reduzido, os valores previstos nesta Cláusula serão, para todos os fins, acrescidos ou reduzidos conforme os novos TRIBUTOS aplicáveis, de forma a fazer com que o TRANSPORTADOR permaneça auferindo o mesmo valor líquido que receberia caso não tivesse havido a referida modificação.”</p>	Ajustes sugeridos de forma a tratar a possibilidade de acréscimo ou redução dos valores em questão.
11.4 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Se a PARTE reclamante não concordar com o entendimento da PARTE reclamada, deverá adotar os procedimentos previstos na Cláusula 14.2 para Solução de Controvérsias. A PARTE que, por decisão do TRIBUNAL ARBITRAL ou do PERITO, deva restituir, a quantia controversa, deverá também pagar à outra PARTE os encargos moratórios previstos no item 10.7, cujo total será calculado sobre a quantia controversa levando em consideração o tempo decorrido desde o vencimento da quantia controversa ou de seu pagamento até a referida decisão, ou efetivo</p>	Redação sugerida a deixar claro a forma de escolha do método de cálculo dos encargos moratórios.

	pagamento, o que for maior. ”	
12.1.1 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Caracteriza-se como FORÇA MAIOR, com observância da disposição contida no artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil de 2002, e será considerada incluída nessa definição os eventos de caso fortuito para quaisquer efeitos, eventos ou circunstâncias que reúnam cumulativamente todos os seguintes pressupostos:”</p>	A aplicação do disposto nessa cláusula como excludente de responsabilidade das partes só deverá ocorrer com a aplicação cumulativa dos seus incisos.
12.1.1. inciso (i) do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“ Tenha ocorrido e permanecido fora do controle da PARTE AFETADA, mesmo que previsível, e cujas medidas razoáveis de mitigação, segundo as melhores práticas da indústria, tenham sido adotadas pela PARTE AFETADA, seja por acontecimento natural ou fato do homem; ”</p>	Disposição contratual deverá ser isonômica ao invés de unilateral.
12.2.2 inciso (v) do Anexo III	Suprimir cláusula.	A mencionada alínea (vii) da Cláusula conforme consta na cláusula não existe.
12.10.1 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Ocorrendo uma situação que se caracterize como fato do príncipe, e desde que e na medida que tal situação, comprovadamente, afete o TRANSPORTADOR, impedindo-o ou onerando-o substancialmente de tal forma que a execução de suas obrigações, previstas no CONTRATO, se torne dificultosa e/ou extremamente gravosa e /ou prejudicial, acarretando um desequilíbrio econômico-financeiro ao</p>	O reajuste por desequilíbrio econômico-financeiro deve reestabelecer o equilíbrio, o que significa todas as partes contratuais estarem em situação contratual equilibrada.

	TRANSPORTADOR, este terá o direito de propor à outra PARTE a alteração do CONTRATO DE TRANSPORTE FIRME de modo a fazer cessar a dificuldade, a situação gravosa e/ou prejudicial, e o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido. Deve-se prevalecer na proposta de alteração do CONTRATO DE TRANSPORTE FIRME por parte do TRANSPORTADOR o equilíbrio inicial das condições contratuais pactuadas entre as PARTES, nos termos deste TCG, de forma que o equilíbrio contratual que venha a ser rompido seja restabelecido com o CARREGADOR.”	
13.1.2 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula 13.1.2 conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“Ocorrendo qualquer um dos eventos de rescisão estabelecidos no item 13.1.1 desta Cláusula acima, o TRANSPORTADOR terá o direito de rescindir o CONTRATO mediante a entrega de NOTIFICAÇÃO ao CARREGADOR, , informando a ocorrência do referido evento e solicitando que sejam tomadas, se for possível, as medidas necessárias para restabelecer a execução normal das obrigações contratuais no prazo de 60 (sessenta) DIAS a contar do recebimento de tal NOTIFICAÇÃO, sob pena de o ter o direito de rescindir o CONTRATO.”</p>	Disposição contratual deverá ser isonômica ao invés de unilateral – reciprocidade na forma de rescisão contratual.
13.1.3 do Anexo III	<p>Inclusão da nova Cláusula 13.1.3, conforme redação abaixo:</p> <p>“Após transcorridos 60 (sessenta) DIAS do recebimento pelo CARREGADOR da NOTIFICAÇÃO mencionada no item 13.1.2 desta Cláusula acima, sem que seja restabelecida a execução normal das obrigações contratuais, o TRANSPORTADOR terá o direito de rescindir o CONTRATO mediante a entrega de nova NOTIFICAÇÃO ao CARREGADOR informando a sua decisão de rescindir o CONTRATO e</p>	Disposição contratual deverá ser isonômica ao invés de unilateral – reciprocidade na forma de rescisão contratual.

	apresentando demonstrativo do cálculo da indenização devida nos termos do item 13.2.4 abaixo. A indenização devida nos termos do item 13.1.4 desta Cláusula deverá ser paga pelo CARREGADOR no prazo de 30 (trinta) DIAS a contar do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.”	
13.1.3 do Anexo III – renumerada para 13.1.4	<p>Nova redação da Cláusula 13.1.4 (13.1.3 da minuta circulada):</p> <p>“13.1.4. Na hipótese de rescisão do CONTRATO na forma dos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 desta Cláusula, o CARREGADOR está obrigado a pagar ao TRANSPORTADOR, como indenização aplicável a tal rescisão, o valor das perdas e danos diretos, excluídos os danos indiretos e lucros cessantes, limitado ao valor da GARANTIA DE PAGAMENTO nos termos da Cláusula Quinze deste TCG. A indenização mínima devida ao TRANSPORTADOR nessa hipótese será correspondente ao valor relativo ao ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE somado ao ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE NÃO UTILIZADA que seriam devidos até o termo final do CONTRATO.”</p>	Uma vez que há garantia para cumprimento das obrigações do Contrato por parte do CARREGADOR essa deve ser suficiente para ressarcimento ao TRANSPORTADOR de qualquer descumprimento contratual por parte do CARREGADOR.
14.3.14 do Anexo III	Suprimir o termo CARREGADORES INICIAIS e CARREGADORES ORIGINAIS	Os termos mencionados não fazem parte das definições do TCG.
16.4 do Anexo III	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme abaixo:</p> <p>“O CARREGADOR CEDENTE deverá apresentar ao TRANSPORTADOR, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes da previsão de celebração do ACORDO DE CESSÃO DE CAPACIDADE, notificação sobre sua intenção em ceder total ou parcialmente a CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE. As operações de cessão da CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE só terão efeito perante o TRANSPORTADOR e o presente CONTRATO após celebração de um novo CONTRATO DE</p>	Não é razoável exigir que todas as tratativas sejam informadas, por questões de confidencialidade. Apenas as tratativas com razoável expectativa de serem efetivadas é que deverão ser informadas, sendo assim, basta que a intenção de cessão seja notificada, com a qual o TRANSPORTADOR deverá concordar, por força da cláusula 16.1. Não há qualquer prejuízo aos direitos da TRANSPORTADORA com esta nova dinâmica.

	TRANSPORTE entre o TRANSPORTADOR e o CARREGADOR CESSIONÁRIO, de forma que o TRANSPORTADOR possa cumprir suas obrigações previstas em LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e operacionalizar o atendimento ao CARREGADOR CESSIONÁRIO.”	
16.5 do Anexo III	Suprimir essa Cláusula.	O que significa objetivamente “serem compatíveis, do ponto de vista comercial e operacional, com os CONTRATOS DE TRANSPORTE cedidos”? Não existindo definição concreta, esta cláusula traz insegurança jurídica e por isso sugere-se seja retirada
1.3.1.1. do Apêndice I	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“O CARREGADOR DE ENTRADA é o responsável pelos danos, custos adicionais, prejuízos e/ou perda de receita comprovadamente sofridos e/ou incorridos pelo TRANSPORTADOR, inclusive perante terceiros, ou ao TRANSPORTADOR imputáveis nos termos de outros contratos de transporte ou dos CONTRATOS LEGADOS, em decorrência da entrada de GÁS DESCONFORME no PONTO DE ENTRADA e/ou de GÁS que venha a se tornar GÁS DESCONFORME após sua entrada na REDE DE TRANSPORTE por ação ou omissão comprovadamente imputável exclusivamente ao respectivo CARREGADOR DE ENTRADA (“DANOS POR GÁS DESCONFORME”). A título exemplificativo, mas não se limitando, os DANOS POR GÁS DESCONFORME incluem: danos causados à REDE DE TRANSPORTE, danos sofridos pelo CARREGADOR ou por qualquer outros carregadores, e por seus respectivos clientes, custos adicionais incorridos pelo TRANSPORTADOR para sanar a desconformidade do GÁS, tal como previstas no item 1.3.1.4 abaixo, ou para realizar o BALANCEAMENTO da REDE DE TRANSPORTE, bem como eventual redução de receita relacionada ao ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE NÃO UTILIZADA devido ao TRANSPORTADOR neste</p>	O CARREGADOR DE ENTRADA deverá se responsabilizar apenas por ações e omissões a que der causa.

	CONTRATO, nos contratos de transporte ou CONTRATOS LEGADOS.”	
1.3.1.2 do Apêndice I	<p>Alteração da redação da Cláusula conforme marcas em vermelho abaixo:</p> <p>“O CARREGADOR DE ENTRADA se compromete de forma irretratável e incondicional a manter o TRANSPORTADOR a salvo e indene de qualquer demanda feita por qualquer pessoa junto ao TRANSPORTADOR em decorrência de DANOS POR GÁS DESCONFORME causados por ação ou omissão comprovadamente imputável exclusivamente ao respectivo CARREGADOR DE ENTRADA.”</p>	O CARREGADOR DE ENTRADA deverá se responsabilizar apenas por ações e omissões a que der causa.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: sim@anp.gov.br, fax (21) 2112-8618.